

Educação para a liberdade

Susana de Castro*

* Professora do mestrado em Relações Internacionais do CEBELA e da Faculdade de Educação da UFRJ.

Na edição de 16 de março de 2007, o jornal *O Globo* estampava a frase do presidente Lula, “estamos nos piores do mundo”. Com essa frase o Presidente externava aquilo que todos, de certa forma, já sabíamos: temos um dos piores ensinamentos do mundo. Na sua edição nº 19, de 27/09/2006, a revista *Exame* publicava um estudo inédito do Banco Mundial sobre a qualidade da educação brasileira. Segundo a avaliação comparativa entre os chamados *países emergentes* (Rússia, China, México...), de certos índices de qualidade do ensino como, por exemplo, taxa de analfabetismo, qualidade do ensino de matemática, taxa de repetência, média de escolaridade da população, o Brasil ocupa a *última* posição. Na reportagem o presidente da Philips, Marcos Magalhães, afirma que “se o Brasil engrenar um novo surto de crescimento, vai parar por falta de gente qualificada” e o acionista da Inbev e da Lojas Americanas, Jorge Paulo Lemann, diz: “estou aflito com os baixos níveis educacionais do Brasil – estamos perdendo a corrida da competência no mundo globalizado”.

O carro-chefe do primeiro governo Lula foi marcado por políticas assistencialistas de distribuição de renda, como o *Bolsa Família*. As estatísticas mostram que graças a esse programa houve um melhora significativa da qualidade de vida da população carente, que passou a ter acesso com maior freqüência aos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Assim, a despeito dos escândalos de corrupção que marcaram o final de seu mandato, Lula conseguiu se reeleger com o apoio da população mais pobre do país. No segundo mandato, iniciado este ano, Lula anunciou que sua meta era a de colocar o país num patamar mais elevado de crescimento, isto é, sua meta era de aumentar a taxa do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de riquezas geradas no país). Os baixos índices de crescimento foram objeto de incansáveis críticas ao longo do seu primeiro governo, principalmente por parte dos economistas e empresários. Para mostrar o comprometimento do governo com a proposta de elevar a taxa de crescimento, criou-se o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Para receber o *Bolsa Família*, a família era obrigada a comprovar, além da baixa renda, que seus filhos em idade escolar freqüentavam regularmente a escola. Com isso, reduziu-se – de forma coercitiva, diga-se de passagem – o índice de evasão escolar. Mas, como mostra a pesquisa do Banco Mundial de 2006, a média de escolaridade nacional não chega a cinco anos, enquanto a média mundial é de 10 anos. Qual a razão dessa evasão? A resposta mais óbvia é a de que as crianças precisam largar a escola para ajudar a parca renda familiar. Esta é a sina de milhares de crianças nos países em desenvolvimento, nos quais o trabalho infantil não foi completamente erradicado. Se, por um lado, a luta social pela erradicação do trabalho infantil pode diminuir essas taxas de evasão, por outro, não a eliminará completamente, já que há outros fatores agregados a esse, como o alto índice de repetência no ensino fundamental, 21%, enquanto no México, por exemplo, é 5%. As crianças ficam pouco tempo na escola porque não conseguem aprender. Qual a razão disso? O descaso com o qual os governos passados vieram tratando o ensino público levou-nos a essa triste taxa. A criança brasileira já chega muitas vezes desmotivada na escola, e ainda encontra insta-

lações precárias, professores também desmotivados, currículos defasados etc. Os resultados do Saeb, que verifica a aprendizagem no ensino básico, pioraram nos últimos dez anos. No ensino médio, as notas do Saeb de 2006 foram as mais baixas da história do exame. Atento a isso, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, lançou um pacote de medidas chamado de Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o qual pretende repassar verbas federais às prefeituras que conseguirem melhorar os resultados de seus alunos nos exames de avaliação nacionais.

Temos aqui ilustradas duas posições, a dos empresários, como o presidente da Philips e o acionista da Anbev, preocupados com o chamado *capital humano*, e a do governo, preocupado com os indicadores sociais do país. Por um lado, se antes o empresário acumulava mais capital na medida em que melhorasse a infra-estrutura de sua empresa, com a compra de novos equipamentos, na atual era da informação o capital não é mais tão somente material, mas é também humano. Isso quer dizer que a empresa cada vez mais precisa investir na contratação de profissionais qualificados, capazes de reverter seu conhecimento em lucros. Por outro lado, temos o governo da república, que luta para colocar o país num patamar de desenvolvimento mais elevado. Penso, porém, que as legítimas preocupações desenvolvimentistas e produtivistas deveriam estar atreladas a uma mais abrangente, a do ‘desenvolvimento como liberdade’.

A riqueza é um meio para algo maior, a finalidade com a qual adquirimos riqueza é o que importa, e esta é a de realizar nossa humanidade da melhor forma possível.

Desenvolvimento como liberdade

A teoria do ‘desenvolvimento como liberdade’ foi apresentada pelo economista indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998. Inspirado por Aristóteles e Adam Smith, Sen diz

em sua obra *Desenvolvimento como liberdade* que a avaliação tradicional do índice de desenvolvimento de um país a partir de seu PIB *per capita* é incompleto e insuficiente. O PIB *per capita* é um indicador que ajuda a identificar o grau de desenvolvimento de um país. Chega-se a ele dividindo o PIB nacional pela população. Segundo os dados do IBGE, o PIB nacional de 2005 atingiu a cifra de 2 bilhões 147 milhões e 944 mil, segundo o modelo novo de cálculo anunciado em 21 de março de 2007; assim, o PIB *per capita* em 2005 do Brasil seria de R\$ 11.661,90, o que dá uma média de renda mensal de R\$ 971 para cada brasileiro, o que convenhamos não pode corresponder à renda real da maioria dos brasileiros. Muitos estão desempregados, ou vivem de um salário, que hoje é de R\$ 380.

Para auferir com maior precisão o grau de desenvolvimento de um país, diz Sen, o pesquisador deve levar em conta um número muito maior de informações. A razão principal dessa mudança, defende Sen, é que a taxa do PIB *per capita* pode esconder uma série de desigualdades e injustiças. Antes de avaliarmos a suposta renda individual há uma série de quesitos, as chamadas ‘liberdade substantivas’, que precisariam ser analisados. O índice econômico da renda seria capaz de medir apenas a liberdade de oportunidade, isto é, a liberdade que o indivíduo tem de comprar o objeto de que necessita. Essa é evidentemente uma liberdade fundamental, mas Sen afirma que antes dessa há outra mais importante, constitutiva do próprio indivíduo, por isso chamada de liberdade substantiva, que é a ‘liberdade de capacidade’. Por liberdade de capacidade, entende a liberdade propugnada por Aristóteles em sua *Ética a Nicomacos*. Nesse livro, o filósofo grego afirmava que “evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa”. A riqueza é um *meio* para algo maior, a finalidade com a qual adquirimos riqueza é o que importa, e esta é a de realizar nossa humanidade da melhor forma possível, isto é, viver bem, ou, nas palavras de Sen, o queremos é “ter a liberdade (ou capacidade) para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar”. A renda em si não aufere ao indivíduo essa qualidade de vida.

A mudança sugerida por Sen leva a uma reavaliação de uma série de idéias tradicionais, como por exemplo a tese justificadora de regimes autoritários, segundo a qual oportunidades econômicas são mais importantes para a população do que a liberdade política. Se não me é dado o direito de expressar a minha opinião ou o meu descontentamento, se não tenho acesso à informação e se a informação a que tenho acesso é censurada, vejo-me privada da minha liberdade de agir e escolher, o que diminui a qualidade do tipo de vida que levo. É preferível viver na pobreza, mas com liberdade de ação e expressão, do que na riqueza, mas sob um regime 'prisional'. O ser humano não se torna um indivíduo completo se só pode satisfazer suas necessidades físicas, como a boa alimentação, os prazeres, o divertimento etc. Para ter uma existência satisfatória, necessitamos argumentar e dialogar livremente uns com os outros, isto é, temos a necessidade de participar do processo de decisão e mudança do meio social no qual estamos inseridos. A liberdade de expressão é, portanto, uma liberdade fundamental e constitutiva do ser humano.

Em países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, terra natal de Sen, a imensa população pobre sofre não só com a baixa renda e com a falta de liberdade de oportunidade – sofre principalmente com a falta de liberdade substantiva. O analfabetismo, a baixa escolaridade, a falta de assistência médica, a desigualdade entre os sexos, a subnutrição, a insegurança e a fome são fatores impeditores da liberdade de capacidade, da liberdade para levar o tipo de vida que se tem razão para valorizar. Os subnutridos, os ignorantes, os analfabetos, as mulheres oprimidas pelos maridos, não possuem a liberdade necessária para dar razão à escolha da vida que levam.

Oprimidas e submissas, algumas mulheres não têm a liberdade para decidir o tipo de vida que querem levar, o tipo de educação que querem dar aos seus filhos, quantos filhos querem ter, como querem que seja aplicada a renda familiar etc. Na Índia a baixa escolaridade atinge principalmente as mulheres. Voltadas para o lar e para a reprodução, cedo abandonam a escola para cuidar dos filhos. Sem possibilidade de acessar os meios de informação, as

mulheres analfabetas ficam, além disso, privadas da possibilidade de emitir uma opinião embasada e assim de participar ativamente das decisões de sua comunidade. A situação na Ásia com relação à condição da mulher é tão grave que por vezes é constatado que, dentro de uma mesma família, a porção diária de alimentos dada a uma menina é inferior a dada ao menino. Além disso, as políticas coercitivas de diminuição de natalidade acabam provocando o aumento do índice de aborto de crianças do sexo feminino. A taxa de mortalidade infantil do sexo feminino é tão alta nesses países que Sen criou o conceito de ‘mulheres faltantes’ para identificar o percentual de mulheres que *faltam* nos países asiáticos, comparados com as taxas de nascimento dos outros países. Normalmente, nascem anualmente uma taxa de 0,05 % a mais de mulheres, mas em países da Ásia ocidental, por exemplo, essa taxa é de 0,05% a menos, o que, por contrariar a ordem natural, só pode ser fruto da ação humana.

Esses detalhes de divisão desigual entre os sexos não são contemplados quando usamos apenas o auferidor da renda *per capita*. Numa família, a renda somada de todos os seus membros seria, normalmente, suficiente para o sustento de todos, mas, na medida em que os membros do sexo masculino dessa mesma família recebem um tratamento privilegiado, não seria correto afirmar que a renda familiar é um indicador de desenvolvimento suficiente. Sen é enfático ao afirmar que não devemos justificar culturalmente a desigualdade entre os sexos, apelando para uma cultura milenar de submissão. Segundo o economista indiano, na medida em que for proporcionado um acesso maior das mulheres à educação, mais elas se afastarão do ciclo perverso de alta fecundidade, podendo se dedicar a uma formação educacional mais sólida, obtendo assim auto-confiança e bom senso para influenciar nas decisões domésticas. Prognostica que, quando isso acontecer, as mulheres passarão a emitir publicamente suas opiniões e dessa forma a idéia preconceituosa de que a cultura asiática prega a desigualdade entre os sexos será abalada.

Sen é um grande defensor da idéia de que o desenvolvimento social está associado ao progresso racional, isto é, à possibilidade

cada vez maior da participação refletida e ativa dos indivíduos nas mudanças e nos rumos da sociedade. Quando a massa de desvalidados das sociedades emergentes passar a ter acesso a informações fundadas, a assistência médica de qualidade, à liberdade de escolha de trabalho (lembramos que em muitos países verifica-se ainda a existência de trabalho adscritício), poderemos auferir um grau alto de desenvolvimento – mesmo que, por exemplo, a renda *per capita* seja baixa. Nesse caso poderemos dizer que o indivíduo, mesmo pobre, tem clareza sobre a situação em que vive e liberdade para atuar em prol de um crescimento econômico maior para si. A defesa da idéia do desenvolvimento como liberdade é contrária à noção assistencialista de que o governo deve suprir cada qual com aquilo de que necessita para sobreviver. Quanto maior for o número de programas assistencialistas, menor será a expectativa do indivíduo de que ele ou ela pode participar ativamente para a melhoria de sua condição. Assim, podemos concluir com Sen que o assistencialismo é nocivo ao desenvolvimento como liberdade por não propiciar o fortalecimento do aspecto fundamental da existência humana que é a sua capacidade de agir, de ser agente em sua própria vida.

No primeiro governo Lula foi dito pela primeira vez com letras garrafais que havia comunidades no Brasil, principalmente no Nordeste, que passavam fome. A população das grandes cidades brasileiras pouco conhecia acerca das privações pelas quais passavam seus compatriotas. O programa *Fome Zero* tornou pública essa situação. Num país como o nosso, abundante em riquezas naturais, grande produtor de grãos e alimentos de uma forma geral, era inadmissível a existência da fome endêmica. Agora, passado o pior, podemos dizer que conseguimos eliminar a fome de algumas regiões do país. Resta-nos, porém, não deixarmos a mentalidade assistencialista tomar conta das políticas públicas. Estas não devem ser feitas para o povo por tecnocratas do governo, mas sim propostas pela própria população. A população deve ganhar voz ativa para decidir quais são as prioridades das políticas públicas. O Brasil possui alimentos em abundância. Assim, nossos maiores impedimentos para atingirmos um desenvolvimento com liberdade, ou um progresso pela razão, são a qualidade da nossa educação, da

nossa saúde e da nossa segurança. Ouso dizer, com base nos índices apresentados acima, que segurança e saúde caminharão atreladas à educação. Na medida em que a população informar-se melhor, saberá canalizar de forma mais produtiva suas sugestões de mudanças e de aplicação mais eficiente das verbas públicas.

Sen cita em seu livro *Liberdade como desenvolvimento* a disparidade, no século XVIII, das posições do racionalista francês Condorcet e de seu contemporâneo britânico, Thomas Robert Malthus. Ambos estavam preocupados com a possibilidade de o crescimento populacional afetar o crescimento econômico das nações. Enquanto o primeiro acreditava que a taxa de natalidade diminuiria naturalmente quanto mais educação e liberdade de decisão fossem dadas à população, o segundo acreditava que somente a diminuição da qualidade de vida – a fome e a miséria – poderiam ser responsáveis pela diminuição forçada das taxas de natalidade. O que assistimos hoje nas periferias dos grandes centros urbanos das cidades brasileiras é que Malthus estava errado. A população miserável não deixa de ter filho quando as condições materiais são ruins, pelo contrário. É preocupante o número de mulheres jovens que engravidam cedo nas favelas cariocas. O que isso acarreta? As jovens são obrigadas a largar os estudos e com isso ficam privadas do acesso à informação de qualidade e à possibilidade de exercer a capacidade de pensamento crítico. Ao invés lançar mão de políticas assistencialistas e coercitivas, que almejam ‘educar’ impondo, por exemplo, a esterilização forçada das mulheres, deveríamos procurar incentivar o diálogo entre os grupos. A população do pobre estado de Kerala, na Índia, alcançou uma melhora do índice de escolarização entre as mulheres e uma diminuição da taxa de natalidade, graças a incentivos à participação política e à troca de experiências entre os membros das comunidades, relata Sen. Por que não seguimos o exemplo de Kerala? Cada vez mais fica explícito que a população jovem brasileira quer ser ouvida, quer poder determinar os rumos de sua vida, e não receber passivamente o aconselhamento das assistentes sociais e dos programas assistencialistas que lhe são impingidos. A jovem brasileira não quer ser obrigada a abdicar de seu direito à reprodução, mas tal-

vez lhe falte a oportunidade de discutir melhor as conseqüências de sua possível gravidez com outras jovens e outras mães de sua comunidade.

Sen evoca o pai da economia moderna, Adam Smith, para defender que o crescimento econômico deve estar associado à liberdade política e justiça social. A forma selvagem como o capitalismo vigora nas economias emergentes faz com que passemos por cima desses aspectos humanitários do desenvolvimento econômico. Assim, ao invés de criar o ambiente político adequado para a discussão pública e criação de valores, as democracias latino-americanas são obrigadas a criar programas assistencialista, que cubram minimamente a enorme desigualdade social reinante. Surge assim uma enorme disparidade de valores. A sociedade não se reconhece como unitária, mas sim como dividida entre agentes, os responsáveis pelas formulações dos programas sociais, os profissionais liberais, os profissionais assalariados de uma maneira geral, que podem, por exemplo, acionar a justiça quando tiverem seus direitos lesados, e a grande maioria de dependentes, de pessoas não emancipadas, que recorrem aos auxílios do governo para terem suas necessidades básicas supridas. Estas não são estimuladas a discutir os rumos dos programas do governo, a manifestar sua opinião sobre os valores importantes para a sociedade, pois faltam-lhes as liberdades substantivas, aquelas que lhes permitiriam afirmar sua individualidade na capacidade que teriam de escolher a vida que querem levar.

Crise das instituições

O modelo de desenvolvimento como liberdade proposto por Sen prevê a descentralização das esferas de decisões públicas – isto é, uma autonomia cada vez maior aos estados e municípios e também o estímulo à formação de organizações não-governamentais que sirvam de instrumentos de reivindicação das demandas comunitárias. Mas será que estamos maduros para tal modelo?

De uma maneira geral vigora no Brasil uma falta de espírito participativo. A forma de capitalismo selvagem que conhecemos nos induz a comportamentos egoístas e competitivos. Nosso senti-

mento de solidariedade e compaixão é muito pouco desenvolvido. O fator causal desse estado de coisas pode ser atribuído, penso, à estrutura social extremamente desigual em que vivemos. O indivíduo da classe média que paga o ensino particular do seu filho e vive o clima competitivo da sua firma ou local de trabalho pouco está interessado em saber se a mensalidade da escola está aumentando acima ou não da inflação. Não há um interesse em saber, por exemplo, que a mãe da coleginha de sua filha talvez não possa pagar a mensalidade caso a escola, mais uma vez, aumente a taxa mensal. Não nos importamos com a situação econômica do outro. Assim, não interessa ao pai de família de classe média participar de uma discussão que não lhe diga respeito diretamente.

Ao contrário da classe trabalhadora mais pobre, a classe média tem à sua disposição as melhores instituições públicas e privadas, como hospitais particulares, escolas particulares, universidades públicas, assistência jurídica cara, sistema de transporte eficiente etc. A despeito dessa profusão de meios institucionais, assistimos, entre os membros dessa classe, a uma falta de sentimentos morais. Essa falta de sentimentos morais, como respeito às diferenças e solidariedade, podem atingir seu cume no ato criminoso. Os casos mais aviltantes chegam à mídia e enojam o espectador, como o caso do índio Pataxó incendiado enquanto dormia num banco de praça em Brasília por um bando de adolescentes entediados. E, mais recentemente, o caso de um grupo de jovens de classe média alta do Rio de Janeiro que espancaram uma jovem empregada doméstica achando que ela fosse uma prostituta. Esses casos extremos refletem a falta de sentimentos morais dos jovens da classe média das grandes cidades brasileiras. A despeito de terem recebido a melhor educação possível e viverem em ambiente de fartura, sentem que não há nada de semelhante entre eles e os membros menos desfavorecidos da sociedade.

A enorme desigualdade social, a impunidade e a injustiça social, acrescidos ao preconceito e ao racismo, explicam porque assistimos hoje à crise das instituições públicas. A pouca importância dada aos sentimentos morais de compaixão e solidariedade entre as classes leva naturalmente à falta da presença da ética de trabalho nas

instituições. Os jovens de Brasília não cumpriram toda a pena que lhes foi destinada e hoje andam livres por Brasília. Os jovens que recentemente foram presos por terem espancado uma empregada doméstica tão pouco deverão cumprir a pena, já que terão acesso aos melhores advogados e poderão recorrer em todas as instâncias. O sentimento que fica na população é a de que vigora na sociedade um sistema de dois pesos duas medidas. Para os membros de determinada classe que ‘saem da linha’ e cometem um crime, a punição é a repreensão leve, para os outros, que convivem com a criminalidade diariamente e não possuem um ambiente familiar ou educacional que lhe afaste deste convívio, a esses que não tiveram condição de escolher a melhor vida que queriam para si, a punição é a prisão. Pela falta de rigor na punição dos crimes perpetrados por membros das classes altas é que a população brasileira vive um profundo descrédito com relação às instituições públicas. Poderíamos achar que a culpa dessa carência moral é do sistema capitalista competitivo e consumista, mas nos chamados países desenvolvidos a economia de mercado não eliminou a rede de solidariedade natural entre seus membros ou abalou a credibilidade das instituições.

A lição que tiramos da análise de Sen sobre o desenvolvimento como liberdade é que precisamos universalizar a educação de qualidade, torná-la acessível à população, pois isso atende tanto às necessidades do capitalismo informativo atual, quanto às demandas do bem estar individual e às demandas de progresso social. ■

Referência bibliográfica

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Educação para a liberdade

Susana de Castro

Resumo

As autoridades do governo, os empresários e a população de uma maneira geral partilham hoje de uma mesma convicção: a educação pública brasileira precisa melhorar urgentemente. A questão, então, que se coloca é a qual finalidade primordial deve a educação servir. Devemos estar somente preocupados com o mercado do trabalho ou há algo mais abrangente em jogo como a formação ético-político da população? A autora discute essas questões à luz do conceito de 'liberdade como desenvolvimento' formulado pelo economista indiano Amartya Sen.

Palavras-chave

Liberdade como desenvolvimento – educação – PIB *per capita*

Abstract

The public authorities, the businessmen and the people in general, share the same certainty that the Brazilian public education needs urgently to improve. The question then that we need to ask is to which finality should it be organized. Should we be only worried about the work market or there is something more general to pay attention as the supplying of an ethical-political background? The author addresses these questions on the light of the concept of 'development as freedom' created by Indian economist Amartya Sen.

Key words

Freedom as development – education – GP per capita

E-mail:

decastrosusana@terra.com.br